

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 30 de julho de 2025 às 07h45
Seleção de Notícias

CNBC Brasil Online | BR-SP

Patentes

Merck planeja cortar US\$ 3 bilhões em custos até o final de 2027 e ajusta sua perspectiva para o ano	4
<small>REDAÇÃO CNBC</small>	

Folha Vitória Online | BR-ES

Marco regulatório | INPI

Café arábica do Caparaó ganha mundo com Indicação Geográfica	7
---	----------

Metrópoles Online | BR-DF

Marco regulatório | INPI

Verdadeiro "morango do amor"? Veja pirulito que é "dono" da marca	10
<small>COLUNAS GABRIELLA FURQUIM</small>	

30 de julho de 2025 | Marco regulatório | INPI

Casas Bahia tenta escapar de multa milionária após usar marca que já tinha dono	11
<small>COLUNAS GABRIELLA FURQUIM</small>	

Folha de S. Paulo | BR

30 de julho de 2025 | ABPI

Mônica Bergamo	12
<small>MÔNICA BERGAMO</small>	

Folha.com | BR

ABPI

Associação de patentes alerta governo sobre fuga de investimento com retaliação aos EUA	15
<small>ÚLTIMAS NOTÍCIAS DIEGO ALEJANDRO</small>	

O Globo Online | BR

30 de julho de 2025 | Direitos Autorais

Indústria da música está ameaçada por bandas geradas por IA: 'desafio incomparável'	17
<small>ECONOMIA E NEGÓCIOS OGLOBO</small>	

Extra Online | BR-RJ

Marco regulatório | INPI

O fashion low está na moda!	19
<small>AUTOR</small>	

Zero Hora - Últimas Notícias | BR-RS

Brasil pode suspender acordos de propriedade intelectual com os EUA se lei de reciprocidade for aplicada, diz especialista

Merck planeja cortar US\$ 3 bilhões em custos até o final de 2027 e ajusta sua perspectiva para o ano



A Merck anunciou na terça-feira (29) que cortará US\$ 3 bilhões em custos até o fim de 2027, com reinvestimento total para apoiar novos lançamentos de produtos e o desenvolvimento de sua linha de medicamentos. A iniciativa de vários anos ocorre enquanto a Merck se prepara para compensar perdas de receita com a expiração da patente do seu medicamento oncológico de sucesso, o Keytruda, prevista para 2028. Também acontece em meio à expectativa de tarifas planejadas pelo presidente Donald Trump sobre importações de medicamentos nos EUA, que levaram a Merck e outras empresas a investir bilhões para ampliar sua produção local. As ações da gigante farmacêutica caíram cerca de 3% nas negociações pré-mercado na terça-feira (29).

"Hoje, anunciamos uma iniciativa de otimização de vários anos que vai redirecionar investimentos e recursos de áreas mais maduras do nosso negócio para nosso crescente portfólio de novos motores de crescimento, facilitando a transformação do nosso portfólio e impulsionando nosso próximo capítulo de crescimento produtivo e orientado pela inovação", afirmou o CEO da Merck, Rob Davis, em declaração preparada para a teleconferência de resultados da empresa.

Ele acrescentou que sua confiança na capacidade da

Merck de lidar com a perda da exclusividade do Keytruda aumenta a cada novo lançamento de produto, divulgação de dados e acordo comercial. Davis afirmou ver essa expiração de patente "mais como uma subida do que um abismo, e estou confiante na nossa capacidade de crescer a longo prazo."

Como parte da iniciativa, em julho, a Merck aprovou um novo programa de reestruturação que eliminará cargos administrativos, de vendas e de pesquisa e desenvolvimento. Contudo, a empresa seguirá contratando para novas funções nas áreas de crescimento do negócio. A Merck também reduzirá seu portfólio global de imóveis e continuará enxugando sua rede de manufatura.

A Merck prevê que as ações do programa de reestruturação gerem cerca de US\$ 1,7 bilhão em economia anual, a maior parte a partir do fim de 2027.

A empresa estima que os custos pré-impostos relacionados ao programa de reestruturação somarão cerca de US\$ 3 bilhões no total. No segundo trimestre, a Merck registrou uma despesa de US\$ 649 milhões vinculada ao programa.

Ainda na terça-feira, a Merck divulgou receita do segundo trimestre abaixo das estimativas de Wall Street - a primeira vez que isso acontece desde abril de 2021.

Embora as vendas do Keytruda tenham crescido no período, a Merck continuou enfrentando dificuldades nas vendas do Gardasil na China - vacina que previne o câncer causado pelo HPV, a infecção sexualmente transmissível mais comum nos EUA.

Em fevereiro, a Merck anunciou a decisão de suspender o envio do Gardasil para a China a partir daquele mês e pelo menos até meados de 2025.

Continuação: Merck planeja cortar US\$ 3 bilhões em custos até o final de 2027 e ajusta sua perspectiva para o ano

Em declaração preparada, a CFO Caroline Litchfield afirmou que a empresa não retomará os envios para a China pelo menos até o fim de 2025, destacando que os estoques permanecem altos e a demanda continua fraca.

A empresa também revisou para baixo suas projeções anuais. A Merck agora espera que o lucro ajustado por ação em 2025 fique entre US\$ 8,87 e US\$ 8,97, comparado à previsão anterior de US\$ 8,82 a US\$ 8,97 por ação.

A Merck projeta receita anual entre US\$ 64,3 bilhões e US\$ 65,3 bilhões, um intervalo mais estreito em comparação com a previsão anterior de US\$ 64,1 bilhões a US\$ 65,6 bilhões.

Veja o que a Merck reportou no segundo trimestre em comparação com as expectativas de Wall Street, baseadas em pesquisa feita pela LSEG entre analistas:

Lucro por ação: US\$ 2,13 ajustado. Esse valor pode não ser comparável com a estimativa de US\$ 2,01.

Receita: US\$ 15,81 bilhões contra expectativa de US\$ 15,89 bilhões

A Merck afirmou que sua projeção inclui o impacto estimado de US\$ 200 milhões relacionado às tarifas implementadas por Trump até o momento. Em abril, a empresa informou que a cobrança esperada das tarifas reflete principalmente as taxas entre EUA e China, mas não inclui tarifas específicas do setor farmacêutico.

A previsão também inclui encargos únicos relacionados aos contratos de licenciamento com Hengrui **Pharma** e LaNova, mas não a aquisição recente da Verona **Pharma**.

A empresa registrou lucro líquido de US\$ 4,43 bilhões, ou US\$ 1,76 por ação, no trimestre. Isso compara com lucro líquido de US\$ 5,46 bilhões, ou US\$

2,14 por ação, no mesmo período do ano anterior. Excluindo custos de aquisição e reestruturação, a Merck teve lucro de US\$ 2,13 por ação no segundo trimestre.

Isso inclui um custo de 7 centavos por ação referente ao fechamento do contrato de licenciamento com a Hengrui **Pharma**. A Merck registrou receita de US\$ 15,81 bilhões no trimestre, uma queda de 2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Receita dos setores farmacêutico e de saúde animal

A unidade farmacêutica da Merck, que desenvolve uma ampla gama de medicamentos, registrou US\$ 14,05 bilhões em receita no segundo trimestre. Isso representa uma queda de 2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Keytruda registrou US\$ 7,96 bilhões em receita no trimestre, um aumento de apenas 9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Esse aumento foi impulsionado pela maior utilização do Keytruda para cânceres em estágio inicial e pela forte demanda pelo medicamento para cânceres metastáticos, que se espalham para outras partes do corpo, segundo a empresa. Analistas esperavam vendas de US\$ 7,9 bilhões, de acordo com estimativas da StreetAccount.

O Gardasil gerou vendas de US\$ 1,13 bilhão no trimestre, uma queda de 55% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido à menor demanda na China. Analistas esperavam vendas de US\$ 1,33 bilhão, segundo estimativas da StreetAccount.

O mercado chinês representa a maior parte da receita internacional da vacina de sucesso. A Merck espera que a aprovação ampliada do Gardasil para homens de 9 a 26 anos na China ajude a aumentar a adesão à vacina.

As vendas do Gardasil nos EUA aumentaram 2% du-

Continuação: Merck planeja cortar US\$ 3 bilhões em custos até o final de 2027 e ajusta sua perspectiva para o ano

rante o segundo trimestre.

Enquanto isso, o medicamento mais recente da Merck, Winrevair, usado para tratar uma condição pulmonar rara e fatal, registrou US\$ 336 milhões em vendas no trimestre. Analistas esperavam US\$ 324,7 milhões, segundo estimativas da StreetAccount.

A divisão de saúde animal da Merck, que desenvolve vacinas e medicamentos para cães, gatos e gado, re-

gistrou quase US\$ 1,65 bilhão em vendas, alta de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior. A empresa afirmou que o aumento da demanda por produtos para o gado e as vendas do negócio de aquicultura da Elanco, adquirido no ano passado, impulsionaram esse crescimento.

-

Café arábica do Caparaó ganha mundo com Indicação Geográfica



Entre montanhas, neblinas e estradas de chão, um dos cafés mais respeitados do Brasil brota da terra com aroma de luta, tradição e identidade. Na divisa entre Espírito Santo e Minas Gerais, o café arábica do Caparaó não é só um produto. É um símbolo da força de famílias que resistem, inovam e colhem reconhecimento com um dos selos mais importantes do país: a Indicação Geográfica de Denominação de Origem (DO).

Concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), essa certificação garante que os cafés da região têm características únicas, diretamente ligadas ao solo, ao clima e aos saberes locais. A IG também protege o nome geográfico, fortalece a economia local e desperta o orgulho de pertencimento.

É sobre isso que trata a série especial IdentidadES, uma produção da Rede Vitória em parceria com o Sebrae/ES. Nesta estreia, mergulhamos no Caparaó para conhecer de perto quem faz esse café acontecer.

"A gente ia vender tudo. Mas o café especial salvou nossa história"

O produtor Deneval Miranda, do Sítio Cordilheiras, em Iúna (ES), chegou perto de desistir da roça. Em 2010, vivia uma crise. "Se não aparecesse nada diferente, a gente ia vender o sítio e ir embora para a cidade", relembra.

Foi nesse momento que surgiu o convite para participar de um concurso de cafés especiais. Ele não sabia quase nada sobre qualidade ou processamento, mas topou o desafio e mergulhou nos estudos.

Entre 2010 e 2015, Deneval participou de cursos, buscou apoio técnico, investiu em estrutura. O resultado? Em 2017, já era um dos 10 melhores produtores do Brasil. No ano seguinte, foi campeão nacional. Em 2023, venceu mais uma vez, agora com um café eleito o melhor do país.

Deneval Miranda e o chef Alessandro Eller. Foto:

O café do Caparaó nem sempre foi sinônimo de excelência. Nos anos 80, muitos cafeicultores da região pensavam em desistir da produção por conta das dificuldades climáticas.

Enio Bergoli. Foto: TV Vitória/Reprodução

Décadas depois, o cenário é outro. "Hoje o Caparaó talvez seja o maior case de sucesso da nossa diversidade cafeeira. Isso é fruto da dedicação dos cafeicultores, mas também da ciência e tecnologia capixaba. A região virou fonte de cafés especiais não só para o Espírito Santo, mas para o Brasil e para o mundo", afirma Bergoli.

Mulheres à frente da torra, da terra e do turismo

A trajetória da produtora Tatiana Favoreto também passou por incertezas. Em 2018, após a venda de um terreno da família, ela precisou se mudar com os filhos para o sítio da mãe, em Muniz Freire. A terra era pequena, e o sustento, incerto. No ano seguinte, com apoio do cunhado, abriram uma pequena lanchonete em Iúna. Com o tempo e muito trabalho, o espaço virou a premiada cafeteria Delícias do Caparaó.

Café Três Anas, produzido pelas irmãs Tatiana, Ju-

Continuação: Café arábica do Caparaó ganha mundo com Indicação Geográfica

liana e Poliana em Muniz Freire. Foto: Breno ribeiro

Tatiana também é presidente do Conselho de Turismo de Muniz Freire, integra a Apec e participa ativamente da governança territorial. "A IG é um marco pra gente. Antes, nossos cafés não tinham nome. Agora têm sobrenome, identidade e orgulho", afirma.

A origem que transforma

A Indicação Geográfica de Denominação de Origem do Café do Caparaó foi oficialmente reconhecida em 2021. O selo contempla o café produzido em dez municípios do Espírito Santo, como Dores do Rio Preto, Iúna, Muniz Freire e Guaçuí, e seis de Minas Gerais.

O reconhecimento foi resultado de um trabalho coletivo, que uniu produtores, técnicos, pesquisadores e instituições como Sebrae/ES, Incaper e Ifes. Segundo o **INPI**, a DO é a mais exigente das IGs e comprova que as qualidades do produto estão diretamente ligadas ao território e ao saber local.

Cecília Nakao, presidente da Apec. Foto:

A presidente da Apec, Cecília Nakao, destaca a importância estratégica da IG: "Ela valoriza o que é da terra, protege o nome do lugar e impulsiona a economia. Além disso, comunica ao mundo que ali existe uma tradição, um saber e uma excelência", fala.

Para Cecília, a IG também tem um papel essencial na gastronomia e no turismo. "Chefs e consumidores buscam produtos com identidade. Quando você prova um café com IG, está provando uma história, uma cultura, um território inteiro condensado numa xícara", diz.

Indicação Geográfica

A **Indicação** Geográfica (IG) é um selo concedido pelo **INPI** a produtos ou serviços que têm reputação, qualidades e características vinculadas à sua origem geográfica. Pode ser classificada como:

Indicação de Procedência (IP): reconhece a notoriedade de um local na produção de determinado produto.

Denominação de Origem (DO): mais exigente, comprova que as qualidades estão ligadas aos fatores naturais e humanos da região.

No caso do Caparaó, o que está registrado é a DO, o mais alto nível de certificação, o que coloca o café do território em um novo patamar de valorização.

As histórias de Deneval e de tantos outros personagens estão no primeiro episódio da websérie especial IdentidadES. Produzido pela Rede Vitória e Sebrae/ES, ela mostra como o café arábica do Caparaó, reconhecido com Indicação Geográfica, virou símbolo de resistência, qualidade e identidade.

IdentidadES é uma websérie de reportagens e vídeos produzidos pela Rede Vitória em parceria com o Sebrae/ES. A cada episódio, uma história inspiradora revela como produtos com Indicação Geográfica estão transformando vidas, territórios e economias no Espírito Santo.

Confira fotos da gravação do episódio sobre café arábica do Caparaó

E-mail

Reporter

Continuação: Café arábica do Caparaó ganha mundo com Indicação Geográfica

Jornalista há 9 anos, formado pelo Centro Universitário Faesa, com especializações em Marketing, Administração de Empresas e Gestão de Vendas.

[Compartilhar essa notícia](#)

E-mail

[Compartilhar essa notícia](#)

Jornalista há 9 anos, formado pelo Centro Universitário Faesa, com especializações em Marketing, Administração de Empresas e Gestão de Vendas.

Verdadeiro "morango do amor"? Veja pirulito que é "dono" da marca

COLUNAS



mes ou posts em redes sociais não costuma ser considerado infração, desde que não esteja vinculado à venda de produtos ou serviços protegidos pela marca registrada.

Já no caso de uso comercial, como embalagens de doces, nomes de estabelecimentos alimentícios ou ofertas de produtos similares aos que a marca abrange, o risco é real. O processo, no entanto, só pode ser movido pela dona da marca, no caso, a Peccin. A indústria proprietária do "morango do amor" ainda não se manifestou sobre o assunto.

Industrializado da Peccin, assim como doce que virou trend, tem "casquinha" e recheio "mastigável". Registro do "morango do amor" é de 2010

O "morango do amor" é uma marca registrada pelo **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) desde 2010. Mas, diferente do doce que virou febre nos últimos dias, trata-se de um pirulito, fabricado pela indústria Peccin.

O industrializado tem "casquinha" e recheio mastigável sabor morango. Como mostrou a coluna, a exploração da marca sem autorização do titular pode configurar uso indevido, sujeito a medidas judiciais, administrativas ou até criminais.

"Muita gente acredita que, por estar viralizando, o termo pode ser usado livremente. Mas no Brasil, marca registrada tem proteção legal específica, e usá-la sem autorização - especialmente em embalagens ou para vender produtos da mesma categoria - pode trazer sérios riscos", explica Leonardo Almeida., sócio do escritório Avance **Propriedade** Intelectual.

A proteção de marca depende do contexto. O uso do termo "morango do amor" em títulos de vídeos, me-

Casas Bahia tenta escapar de multa milionária após usar marca que já tinha dono

COLUNAS



Empresa foi condenada a indenizar a empresa Vlog Logística após lançar a VVlog. Dona da marca diz ser constantemente confundida

De repente, uma enxurrada de reclamações nas redes sociais, queixas em sites como o Reclame Aqui e até processos judiciais por conta da insatisfação com serviços prestados por outra empresa. A diferença? Uma letra: o "v".

A Vlog Logística tem o registro da marca no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**). Mas, mesmo com a recusa e o alerta da autarquia, o grupo Casas Bahia criou a VVLog. A dona da marca recorreu à Justiça e, em janeiro, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDf) determinou que a Casas Bahia deixasse de usar a marca e estipulou multa diária de R\$ 3 mil, limitada a R\$ 1 milhão. Também foi definido o pagamento de danos morais e materiais.

O pesadelo da Vlog, no entanto, não acabou. A confusão por causa dos nomes é tão grande que a empresa demonstrou nos autos que o próprio de atendimento ao cliente das Casas Bahia encaminha os consumidores insatisfeitos para a empresa errada. O empresa afirma, também, que a confusão continuou mesmo após a VVLog adotar o nome Asap Logística.

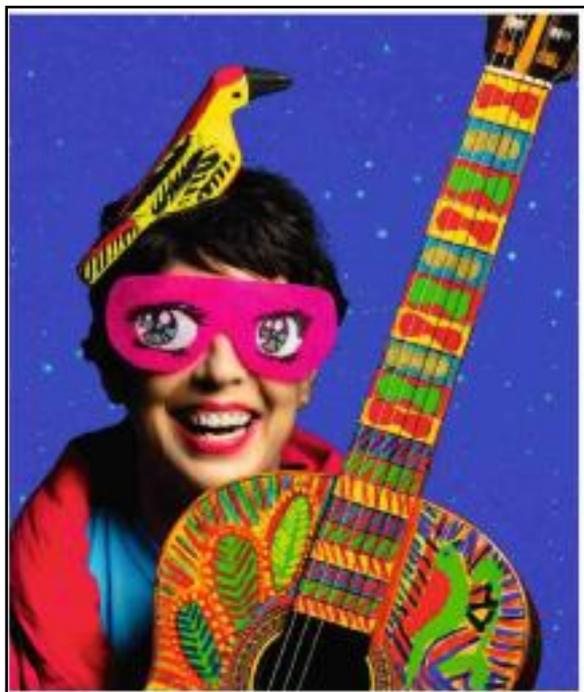
Tanto a Vlog quanto as Casas Bahia recorreram. A primeira, pedindo, entre outras coisas, uma retratação pública e a revisão dos valores definidos na ação. Já a Casas Bahia, alegou não ser responsável, já que, assim como a VVLog, faz parte do grupo Via Varejo.

A nova decisão negou tanto o pedido da Vlog de uma retratação pública quanto a tentativa das Casas Bahia de "escapar do processo" ao rejeitar a ilegitimidade passiva da varejista. Agora, o processo segue para a fase de liquidação da sentença, quando serão apurados os valores a título de danos, assim como a incidência da multa.

Procurada, a Casas Bahia informou que não comenta processos em andamento, mas destacou que passou a utilizar a marca Asap e comunicou a mudança ao mercado em 2024.

Mônica Bergamo

MÔNICA BERGAMO



FICO ASSIM SEM VOCÊ



PALAVRA DADA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes se comprometeu a não submeter Carla Zambelli a tortura ou a condições degradantes no Brasil caso ela seja extraditada da Itália. A deputada licenciada foi presa terça (29) no país.

PALAVRA 2

Em junho, depois da fuga da parlamentar, o magistrado decretou a sua prisão definitiva e enviou um pedido de extradição ao Ministério da Justiça brasileiro, que foi então enviado à Itália pelas vias diplomáticas.

PALAVRA 3

No documento, Moraes se comprometeu a não submeter Zambelli a prisão ou processo por fato anterior ao pedido de extradição, a não impor pena perpétua, a não agravar a pena dela por motivos políticos e a não submeter a parlamentar a tortura ou a tratamentos desumanos ou degradantes.

CAUSA

O documento explicava as razões do pedido ao relatar os fatos que levaram Zambelli a ser condenada a dez anos de prisão pelo STF.

CAUSA 2

"A Sra. Carla Zambelli Salgado de Oliveira, de maneira livre, consciente e voluntária, comandou a invasão a sistemas institucionais utilizados pelo Poder Judiciário, mediante planejamento, arregimentação e comando de pessoas com aptidão técnica e meios necessários ao cumprimento de tal mister, com o fim de adulterar informações, sem autorização expressa ou tácita de quem de direito", diz o texto.

Continuação: Mônica Bergamo

PENA

Zambelli foi condenada em maio pela Primeira Turma do STF, por unanimidade, pela invasão de sistemas e pela adulteração de documentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

ACUSAÇÃO

Na denúncia apresentada contra ela à corte, a Procuradoria-Geral da República dizia que Zambelli foi a autora intelectual da invasão e procurou o hacker Walter Delgatti para executar o crime, com objetivo de inserir nos sistemas do CNJ um mandado de prisão falso e em aberto contra Moraes, entre outras manipulações ilegais.

JUSTIÇA

O jornalista Luan Araújo, que sofreu uma perseguição armada de Carla Zambelli na véspera do segundo turno da eleição de 2022, afirma ter recebido a notícia da prisão da deputada "com esperança de que a Justiça finalmente seja feita".

JUSTIÇA?

"Confio que ela responderá por suas condutas. Fui diretamente atingido pelas ações dela e espero que agora a responsabilização ocorra de forma plena", diz.

Com Karina Matias, Diego Alejandro e Victória Cocolo

FICO ASSIM SEM VOCÊ

A cantora Adriana Partimpim, heterônimo de Adriana Calcanhotto em seu projeto para crianças, voltará a fazer shows após 15 anos longe dos palcos. A turnê, que tem estreia marcada para setembro, celebrará os 21 anos da iniciativa. Leo Aversa/Divulgação

CADEIRA MARCADA

A diretora Anna Muylaert recebeu convidados, na segunda (28), para a sessão especial de exibição do filme "A Melhor Mãe do Mundo", protagonizado pela atriz Shirley Cruz. O evento aconteceu no Cine Nave, em São Paulo, e contou com a participação dos atores mirins do longa, Rihanna Barbosa e Benin Ayo. Fotos Ronny Santos/Folhapress

ALIMENTOS

A Abrafrutas (Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados) saudou a notícia de que o governo Lula tenta convencer o norte-americano Donald Trump a excluir alimentos da lista de produtos brasileiros que ele ameaça sobretaxar em 50% a partir de 1º de agosto.

FRUTA

O secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, afirmou, sem citar o Brasil, que produtos que não são produzidos internamente pelos EUA podem receber uma tarifa zero. O presidente da Abrafruta, Guilherme Coelho, diz que, caso Trump insista no tarifaço, o setor passará a fazer cálculos para saber se vale a pena seguir exportando para o país.

NO PÉ

O problema mais dramático é o da manga. O dirigente calcula que os produtores poderiam suportar uma sobretaxa de até 15%. A situação se agrava pelo fato de a safra de manga Tommy, que é vendida para os norte-americanos, começar em agosto. Se a indefinição durar até lá, ou se a sobretaxa for a mais alta, a probabilidade maior, diz ele, é a de que as frutas apodreçam no pé.

ALERTA

A Associação Brasileira da **Propriedade** Intelectual (**ABPI**) enviou ofício ao vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e ao Ministério da Fazenda pedindo cautela na aplicação da nova Lei da Reciprocidade,

Continuação: Mônica Bergamo

que autoriza suspender marcas e **patentes** de empresas estrangeiras.

ALERTA 2

"Se o Brasil decidir suspender **patentes** como forma de retaliação [do tarifaço], empresas podem interromper pesquisas clínicas, travar o fornecimento de insumos e reavaliar contratos com parceiros locais. Isso afeta diretamente a inovação e o acesso a tecnologias de ponta", diz o advogado Ticiano Gadêlha, conselheiro da entidade.

OBSTÁCULO

A Associação Brasileira das Autoescolas (Abrauto) divulgou uma manifestação pública contra a proposta do governo Lula de acabar com a obri-

gatoriedade de cursos em autoescolas para tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A associação classificou a proposta como "um dos maiores retrocessos da história do trânsito brasileiro" e alertou para "consequências potencialmente desastrosas".

AÇÃO

O vereador Lucas Pavanato (PL) acionou a Justiça de São Paulo para tentar trancar um inquérito do Ministério Público que o investiga por suposto abuso de poder e uso indevido de imagem em vídeos gravados em universidades públicas. A investigação foi aberta após denúncia de que Pavanato e integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) teriam provocado opositores nesses locais para gerar conteúdo nas redes.

Associação de patentes alerta governo sobre fuga de investimento com retaliação aos EUA

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



ABPI critica possível uso da Lei de Reciprocidade a tarifaço de Trump

A Associação Brasileira da **Propriedade** Intelectual (**ABPI**) enviou um ofício ao vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e ao Ministério da Fazenda pedindo cautela na aplicação da nova Lei da Reciprocidade, que permite suspender marcas, **patentes** e outros direitos de **propriedade** intelectual de empresas estrangeiras.

O alerta chega no ápice da tensão comercial entre Brasil e Estados Unidos, após o governo Donald Trump anunciar um tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros, previsto para vigorar no 1º de agosto.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante cerimônia no Palácio do Planalto

-

Regulamentada neste mês pelo Decreto nº 12.551/2025, a nova legislação - aprovada com apoio da oposição e governistas no Congresso- permite ao Brasil adotar contramedidas comerciais e di-

plomáticas contra países que impuserem barreiras ambientais ou econômicas consideradas injustificadas.

Na prática, a preocupação recai sobre setores estratégicos da economia, como farmacêutico, tecnologia e agronegócio, que dependem fortemente de **patentes** e acordos de licenciamento para operar no país, diz o advogado Ticiano Gadêlha, conselheiro da entidade.

"Se o Brasil decidir suspender **patentes** como forma de retaliação, empresas podem interromper pesquisas clínicas, travar o fornecimento de insumos e reavaliar contratos com parceiros locais. Isso afeta diretamente a inovação e o acesso a tecnologias de ponta", afirma. "Além disso, o país pode ser questionado em fóruns internacionais, como a OMC, o que amplia o custo diplomático da medida."

A **ABPI** afirma reconhecer o direito do país de responder a medidas unilaterais, mas ressalta que transformar a **propriedade** intelectual em instrumento de retaliação pode gerar insegurança jurídica, afastar investimentos e manchar a imagem do Brasil como destino confiável para inovação.

"O Brasil levou décadas para construir um sistema de propriedade intelectual respeitado. Não podemos colocar essa trajetória em risco por uma reação precipitada", continua Gadêlha.

A associação lembra que nenhum outro país do mundo recorre a esse tipo de medida e que a iniciativa pode isolar o Brasil em negociações comerciais futuras, além de abrir espaço para disputas em instâncias internacionais.

Continuação:
Associação de patentes alerta governo sobre fuga de investimento com retaliação aos EUA

O decreto que regulamenta a lei prevê dois ritos distintos: um ordinário, conduzido pela Camex (Câmara de Comércio Exterior), com consultas públicas; e outro expresso, para casos excepcionais, sob comando de um comitê interministerial liderado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com participação de Itamaraty, Fazenda e Casa Civil.

Segundo o governo Lula, o objetivo é dar respostas rápidas a ações unilaterais e proteger a competitividade de produtos brasileiros. A **ABPI**, no entanto, teme que o uso da nova legislação como arma de retaliação acabe por comprometer a própria estratégia de internacionalização das empresas nacionais.

Indústria da música está ameaçada por bandas geradas por IA: 'desafio incomparável'

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Lei Magnitsky: STF vê sanções dos EUA como ataque pessoal e planeja reação *Lei Magnitsky: STF vê sanções dos EUA como ataque pessoal e planeja reação*

Progresso tecnológico já revolucionou setor diversas vezes, mas professor da prestigiada Berklee College of Music diz que IA é diferente de tudo o que já existiu

A proliferação de bandas cuja imagem e música são geradas inteiramente por inteligência artificial (IA) é a parte visível de um fenômeno que começa a reduzir a participação de músicos profissionais. Seja o agora famoso Velvet Sundown com seu rock dos anos 1970 ou Aventhis e The Devil Inside com seu country refinado, é cada vez mais comum que uma criação diretamente de uma interface de IA ultrapasse um milhão de reproduções no Spotify.

Por trás desses conceitos, existe a opacidade, e os produtores dessa música 100% IA são inacessíveis. Ao contrário do Deezer, o Spotify não especifica quais faixas são geradas inteiramente com essa tecnologia.

"Em um futuro próximo, veremos surgir muitas músicas sobre as quais não seremos capazes de dizer quem as fez ou como foram criadas", prevê Leo Sidran, produtor, compositor e intérprete.

Para o artista, vencedor do Oscar, o surgimento desses grupos de IA "mostra o quão comuns e previsíveis muitas músicas são hoje em dia". O produtor e compositor Yung Spielberg afirma no podcast "Imagine AI Live" que a IA destaca a separação entre "escuta passiva e ativa". A escuta ativa implica que as pessoas "estão interessadas no que você tem a dizer" e se refere a um tipo de música que, segundo ele, tem pouco a temer com o surgimento da inteligência artificial. Com a escuta passiva, o tipo que você faz ao preparar a comida, durante o jantar ou em qualquer tarefa doméstica, "você não está tentando descobrir quem é o artista".

Se o software se tornar avançado o suficiente para que "as pessoas não consigam diferenciar" a escuta passiva, gravadoras e empresas "escolherão a IA generativa", prevê ele, "porque não precisarão pagar royalties".

Plataformas de streaming "já enchem playlists com música 'ambiente', muitas vezes atribuída a artistas misteriosos sobre os quais não há informações", acrescenta Dennis DeSantis, professor da Universidade de Rochester. Além do streaming, filmes, séries, publicidade e espaços públicos são presas fáceis para essa produção sintética porque "a música está em segundo plano", argumenta o acadêmico.

"Desaceleração acentuada" Embora essas peças se-

Continuação: Indústria da música está ameaçada por bandas geradas por IA: 'desafio incomparável'

jam geradas apenas parcialmente por IA, o fenômeno, na verdade, reduz o volume de trabalho disponível para a profissão

"Os músicos terão ainda mais dificuldade para se sustentar", alerta Mathieu Gendreau, professor da Universidade Rowan e especialista do setor "Talvez esta seja a questão principal": "como o dinheiro será distribuído", acrescenta Sidran afirma ter observado uma "desaceleração acentuada" na atividade desde o outono passado, um sentimento compartilhado por seus contatos no setor

"Suspeito que a IA tenha muito a ver com isso", sugere o apresentador do podcast "The Third Story" "Sinto que muitos clientes que normalmente me encomendariam música agora o fazem com IA", acrescenta

O progresso tecnológico já revolucionou o mundo da música diversas vezes, do rádio ao streaming, passando pelo beatboxing e pelo software de gravação e

edição Pro Tools Mas para George Howard, professor da prestigiosa Berklee College of Music, "a IA representa um desafio incomparável" a tudo o que já existiu

O caminho a seguir, diz ele, passa pelos tribunais, onde inúmeros casos opõem detentores de **direitos** autorais a gigantes da IA generativa, um processo que pode levar meses ou até anos para ser resolvido

Acostumado a um ambiente cada vez mais difícil desde o início dos anos 2000, Mathieu Gendreau reconhece que a IA "se consolidará a longo prazo porque é barata e prática" Para ajudar seus alunos a sobreviver neste mundo, ele os ensina que "a música é apenas uma parte" da equação "É preciso ser empreendedor" e "ter diversas atividades", diversificando Léo Sidran tenta ser positivo e vê "uma oportunidade para os artistas destacarem o que os torna únicos""Não tente fazer algo que você já espera", ele insiste, "porque a IA também terá feito isso"

O fashion low está na moda!



Fashion law, ou em português: Direito da moda. É o ramo do Direito que estuda todas as relações jurídicas que estão ligadas com à indústria da moda e permeiam outras áreas jurídicas. Direito do consumidor, direito ambiental, direito do trabalho, **propriedade** intelectual, contratos, internacionalização e comércio exterior são algumas das abordagens desse setor, o tornando um ramo fundamental na indústria da moda. No Brasil, há uma grande demanda e falta de proteção quando o assunto é a **propriedade** intelectual e pirataria. Convidamos a comunicadora e advogada Jacy Lima, que se tornou estudante de fashion Law, para compartilhar conosco algumas dúvidas sobre esse novo ramo e sua demanda no Brasil.

1. A Falta de proteção quando o assunto é a **propriedade** intelectual no Brasil é um problema bem constante. Como o setor da Fashion Law vem contribuindo para resolver esta carência do mercado?

O Fashion Law surge também com o intuito de preencher essa lacuna relacionada à propriedade intelectual e pirataria muito comum na indústria da moda. Então, a capacitação de profissionais do direito na área é fundamental para que estes atuem de forma consultiva e preventiva, ou seja, sendo suporte jurídico de marcas, empreendedores e profissionais

da área da moda, sobretudo, estilistas e design de moda. O setor também auxilia na criação de políticas públicas e regulação e judicialização inerentes a conflitos comuns na indústria da moda, por exemplo, o uso indevido de imagens, estampas ou coleções de determinadas marcas ou produtos.

2. Como fazer com que pequenas e grandes empresas se protejam? Como evitar o plágio?

Levando em conta as leis brasileiras: Todo mundo já escutou a expressão "Nada se cria. Tudo se copia". Porém, alguém pensou primeiro na ideia e executou e por isso tudo deve ser registrado porque a ideia, produto ou marca pertence a quem registra primeiro. O registro de marcas e desenho industrial são realizados no **INPI** (Instituto Nacional de **Propriedade** Intelectual) e é o que garante a proteção legal de produtos e marcas e o **direito** autoral de estampas, croquis, bordados precisa ser registrados na Biblioteca Nacional. Independente do porte comercial da empresa é essencial se proteger seja no polo ativo, seja no polo passivo de uma suposta futura ação jurídica e a Lei brasileira garante essa proteção para quem registra primeiro suas marcas, nomes, modelagens, designs entre outros para que haja toda uma garantia jurídica e comercial. O fashion low está na moda e quem trabalha neste setor precisa conhecer seus direitos e deveres.

Brasil pode suspender acordos de propriedade intelectual com os EUA se lei de reciprocidade for aplicada, diz especialista

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Felipe Pierozan, vice-presidente da Comissão Especial de Propriedade Intelectual do Conselho Federal da OAB, considera que medida seria "extrema", mas que a "possibilidade é iminente"

A jornalista Isadora Terra colabora com a colunista Giane Guerra, titular deste espaço.

Diante da iminência do tarifaço de Donald Trump , que deve entrar em vigor na sexta-feira (1º), o Brasil pode usar armas mais ousadas do que as tarifas para responder os americanos. Segundo Felipe Pierozan, vice-presidente da Comissão Especial de **Propriedade** Intelectual do Conselho Federal da OAB , a lei de reciprocidade aprovada no Congresso pode suspender acordos de **propriedade** intelectual de empresas americanas no país.

- Seria uma medida extrema , caso as negociações não avancem por via diplomática, e que exigiria muito cuidado - declara Pierozan, que avalia também a possibilidade de que a medida trave investimentos no país. A possibilidade, porém, é "iminente", segundo o especialista.

+ACERTO DE CONTAS Exportadores gaúchos vão levar móveis, calçados e pneus de kart para os EUA antes do início do tarifaço

Confira a entrevista na íntegra:

Como vê as tarifas de Trump?

O mundo, em 2025, está mudado. Trump assumiu uma política extremamente agressiva de reposicionar a economia americana, e vem fazendo isso com várias economias do mundo. Já havia feito com o primeiro aumento de tarifas ao Brasil, no início do ano. A carta aberta na qual foram anunciadas as tarifas de 50% ao Brasil é um marco na história mundial, em que se misturou situações como o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, uma suposta disparidade da balança comercial (que o Brasil diz que não ocorre) e até as decisões da Suprema Corte envolvendo plataformas digitais. Foi algo nunca visto nas nossas relações diplomáticas. E é aí que entra a lei da reciprocidade .

Como funciona essa lei?

Ela serve para que a gente consiga ter algum tipo de proteção à nossa economia. A lei da reciprocidade é de abril de 2025, de antes da carta de Trump. O que aconteceu agora, no último dia 14 de julho, foi um decreto para regulamentar e criar um comitê interministerial para verificar de que forma o Brasil vai se proteger das tarifas. A legislação estabelece critérios para suspensão de concessões comerciais, de investimentos e obrigações relativas a direitos da **propriedade** intelectual, em resposta a medidas unilaterais adotadas por um país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade brasileira .

+ACERTO DE CONTAS O tarifaço de Trump baratearia os produtos aqui no Brasil?

E essa parte da propriedade intelectual?

É a possibilidade de suspensão de direitos, um ponto a

Continuação: Brasil pode suspender acordos de propriedade intelectual com os EUA se lei de reciprocidade for aplicada, diz especialista

mais nessa possível escalada de respostas às tarifas. Seria uma medida extrema, caso as negociações não avancem por via diplomática, e que exigiria muito cuidado. No setor farmacêutico, por exemplo, há uma série de medicamentos e substâncias patenteadas aqui. Caso isso fosse relativizado, representaria um barateamento dos medicamentos e diminuiria gastos públicos em saúde.

Só que isso vem com uma série de riscos indiretos, como desencorajar investimentos no país, prejudicar a capacidade nacional de inovação, além de sofrer retaliações de patentes brasileiras no exterior.

Seria o último recurso que o Brasil poderia utilizar contra as tarifas?

Eu não diria o último, porque existe a guerra "física". Mas seria um dos últimos instrumentos para buscar efetividade numa mesa de negociação.

E qual a chance disso se concretizar?

É um recurso usado como forma de resposta comercial para buscar uma negociação. O Brasil não tem esse histórico de desrespeito à **propriedade** intelectual. Mas, se você observar a lei da reciprocidade, a **propriedade** intelectual está muito destacada. Está na segunda linha. Então, é uma possibilidade iminente. Pode ser um ato de extrema ousadia e que vai gerar um impacto prejudicial a tudo? Pode. Mas ele está previsto. Nada segura, por exemplo, um governo que queira tomar uma escolha ruim junto aos seus ministérios. Que ele acredite ser boa, mas que para o interesse nacional talvez não seja, de tomar essa medida e sofrer uma série de sanções mundiais.

+ACERTO DE CONTAS "EUA investem aqui, Chi-

na só vem vender e tomar mercado", diz líder industrial que alerta que taxa de 50% acabará com exportação

Como isso ocorreria?

É possível levar isso para a mesa de negociação, mediante o trâmite correto, na Organização Mundial do Comércio (OMC), buscando um pedido de autorização lá. Argumentar que está sendo retaliado de uma forma desproporcional pelo governo americano, e que não tem paridade de armas tributárias, ou que a indústria nacional está demitindo, está sendo sucateada. E solicitar autorização para suspender determinados tipos de propriedade intelectual pode abrir um belo espaço para um diálogo diplomático.

Essa medida já foi tomada por algum país?

Tem um exemplo conhecido, que, apesar de autorizado pela OMC, não chegou a ser efetivado, porque a simples ameaça de suspensão desses direitos já fez efeito. Foi em 2007, quando Antigua e Barbuda, um país do Caribe, entrou contra os Estados Unidos em um caso envolvendo o mercado de apostas. É um exemplo de um país pequeno que conseguiu reverter uma medida econômica utilizando a ameaça de suspensão de propriedade intelectual.

*Colaborou Diogo Duarte (diogo.duarte@zerohora.com.br)

Canal da Giane Guerra: saiba como receber dicas e notícias de economia no Assista também ao programa Pílulas de Negócios, da coluna Acerto de Contas. Episódio desta semana: quem paga a taxa de Trump, prédio preserva igreja, leilão de hotel em Gramado e mais

Continuação: Brasil pode suspender acordos de propriedade intelectual com os EUA se lei de reciprocidade for aplicada, diz especialista

Coluna Giane Guerra (giane.guerra@rdgaucha.com.br) Leia aqui outras notícias da coluna

Com Isadora Terra (isadora.terra@zerohora.com.br)
e Diogo Duarte (diogo.duarte@zerohora.com.br)

Índice remissivo de assuntos

Patentes

4, 12, 15

Denominação de Origem

7

Marco regulatório | INPI

7, 10, 11, 19

Propriedade Intelectual

10, 12, 15, 19, 20

ABPI

12, 15

Direitos Autorais

17, 19